

# O vazio da ordem: relações políticas e organizacionais entre as escolas de samba e o jogo do bicho\*

Filippina Chinelli\*\* e Luiz Antônio Machado da Silva\*\*\*

---

**Resumo** — Neste artigo, discute-se o vínculo crescente entre as escolas de samba e as organizações do jogo do bicho, com destaque para as relações de poder aí representadas e as questões econômicas que envolvem ambos os segmentos. Observam-se as formas de mercantilização do carnaval carioca, com sua forte tendência à privatização dos desfiles, as transformações na participação popular e a impotência do poder público em resistir a esse processo.

**Palavras-chave:** escolas de samba; jogo do bicho; carnaval carioca; Rio de Janeiro.

---

Relações entre as escolas de samba e o jogo do bicho constituem um tema pouco tratado pelas Ciências Sociais, ressalvadas algumas poucas exceções, dentre as quais o excelente artigo de Pereira de Queiroz. Apesar disso, existe um reconhecimento generalizado e altamente consensual a respeito do poder do jogo do bicho sobre as grandes escolas de samba. Poder obtido lentamente, relacionado a uma associação cada vez mais íntima entre os dois conjuntos de organizações, e paralelo à conquista pelas escolas de samba de uma centralidade e

importância para o carnaval carioca e brasileiro, que acabou por transformá-las em “prato de resistência do carnaval do Rio e modelo das comemorações carnavalescas das cidades brasileiras... símbolo do próprio carnaval do país” (Pereira de Queiroz, 1985, p.25).

A imprensa tem sido farta em matérias que descrevem sob que aspectos se manifestam essas relações de poder. De um lado, poder econômico, na medida em que as escolas tornaram-se progressivamente grandes empresas independentes do controle dos partidos e

---

\* Este artigo foi publicado originalmente na *Revista do Rio de Janeiro* nº 1 [5]. Rio de Janeiro: UERJ/CEP-Rio, 1993, p. 42-52.

\*\* Professora do IFCS/UFRJ.

\*\*\* Professor do IFCS/UFRJ e do IUPERJ.

Agradecemos aos colegas Vera Maria Candido Pereira e José Ricardo Pereira Ramalho as críticas e sugestões. A responsabilidade desta versão é, evidentemente, dos autores.



órgãos públicos, financiadas em boa parte pelas organizações de jogo de bicho e associadas a elas através de direção única. Muitas vezes, os “banqueiros”<sup>1</sup> são os próprios presidentes das escolas. Outras atuam através de “representantes” que, entretanto, a julgar pelas informações disponíveis, não passam de testas-de-ferro, prepostos com um grau de autonomia muito restrito devido aos estreitos laços de dependência e lealdade que mantêm com os banqueiros. Além do financiamento das escolas, os banqueiros se responsabilizam, direta ou indiretamente, por todo o fluxo de caixa e controle da contabilidade.

De outro lado, trata-se de poder propriamente político. As escolas, na mesma proporção em que se tornam peças-chave do carnaval carioca, são um importante instrumento eleitoral. Por si só, isto já obrigaria os partidos e as máquinas políticas a se relacionarem com os banqueiros do bicho que controlam ou fazem parte da diretoria das escolas. Mas, além disto, é preciso não esquecer que o próprio jogo do bicho é, independentemente de sua associação com as escolas de samba, ele mesmo importante reduto eleitoral. Isto significa que as escolas de samba também desempenharam um papel mais passivo, funcionando, às vezes, como simples mediadoras entre as organizações políticas e o jogo do bicho.

A prática dessas relações é muito complicada, e aqui não há espaço para detalhá-la. Basta mencionar que as escolas de samba se representam (e se apresentam publicamente) como organizações

de natureza “a-política”, orientadas apenas no sentido de “fazer o carnaval”.<sup>2</sup> Na medida em que esta percepção é implementada, a articulação entre as organizações políticas, as escolas de samba e o jogo do bicho imbrica ações orientadas por, pelo menos, duas lógicas distintas: de um lado os partidos, as máquinas políticas e os órgãos governamentais procurando manipular organizações consideradas políticas e eleitoralmente relevantes, de outro estas organizações tentando utilizar as máquinas políticas, partidos e órgãos governamentais a fim de implementar objetivos que elas definem como extra-políticos.<sup>3</sup>

Estamos procurando salientar que, na medida em que cresce a importância das grandes escolas enquanto agente político (ou, o que vem dar no mesmo, agente que produz efeitos políticos) cresce também seu papel enquanto espaço de mediação entre o jogo do bicho e a ordem político-institucional.<sup>4</sup> Este quadro, cujo apogeu está na construção do Sambódromo em 1984 e na criação da Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (Liesa), em 1985, começa a se configurar nos anos 60. Tudo leva a crer que é neste momento que o jogo do bicho e as escolas de samba passam a se relacionar como instituições, e não apenas através de contatos difusos baseados na proximidade física, na semelhança da base social responsável por essas atividades e na afinidade entre elas derivada de um fundo cultural comum.

Pelas informações disponíveis (Araújo, 1987; Jório, 1975) parece que, se a presença de bicheiros no mundo do samba se perde no





tempo, originalmente eles não se apresentavam como grupo, mas como indivíduos que cultivavam interesses pelo samba. Acreditamos que foi na década de 1960 que a “patronagem”, a qual progressivamente marcou a relação dos banqueiros com as escolas de samba, vem a se transformar no modo de articulação entre as duas organizações, deixando de ser uma atividade “privada” de homens que enriquecem cada vez mais com seu “trabalho” e se interessam por atividades dele distintas. Atualmente, esse mesmo modelo de relacionamento apresenta-se de forma muito mais racionalizada, caracterizada por uma certa “despersonalização”. A figura do “patrono” ainda é central e dominante, tanto no que diz respeito às escolas quanto, mais genericamente, ao território de atuação do banqueiro. Porém, particularmente no que diz respeito às escolas de samba, a patronagem passa a ser exercida cada vez mais através de uma vasta gama de atividades assistenciais institucionalmente organizadas que só mantêm um vínculo indireto com os banqueiros-patronos.<sup>5</sup> Adiante retornaremos a este ponto. No momento, a fim de aprofundar a caracterização da situação atual, cumpre ressaltar uma das conseqüências do crescimento da força política e econômica das grandes escolas associadas às organizações do jogo do bicho que, ao mesmo tempo, marca a forma atual dessa associação. Tal conseqüência é tanto mais crucial quanto se transformou em um projeto explicitamente compartilhado por ambos os conjuntos de organizações.

Referimo-nos à tendência à privatização do desfile das escolas de samba, assim como ao seu antecedente, que é a mercantilização (e, por extensão, à privatização/mercantilização do carnaval cario-ca como um todo).

Se, até a criação da Riotur, estas parecerem ter sido tendências subterrâneas e não-intencionais, a partir desse momento elas se tornam uma questão aberta, um objetivo explícito nas estratégias dos diferentes agentes envolvidos. Na base desta mudança está uma significativa reorientação no modo de atuação dos órgãos governamentais. Das tentativas de interferência no que era entendido como atividades culturais fundadas no controle (ou pelo menos supervisão) político-administrativo direto, que implicava a alocação de subvenções cada vez mais expressiva, eles passam a conceber suas relações com as escolas de samba no quadro de uma política econômica de turismo que inicialmente transforma as grandes agremiações em prestadoras de serviços e atualmente as coloca na posição de parceiros dominantes em um gigantesco empreendimento fundado na lógica empresarial do lucro. Mas, definitivamente, este não foi um movimento de mão única: as próprias escolas – associadas às organizações de jogo do bicho numa relação que, é bom não esquecer, confere aos banqueiros um poder indiscutível e crescente – se organizam e racionalizam internamente, procuram livrar-se da posição de clientes do poder público pressionando cada vez mais pela autonomia definida em termos econômicos.



Todas estas transformações têm um forte impacto sobre os conteúdos do desfile das escolas de samba e do carnaval carioca em geral. Produzem-se importantes mudanças na lógica de produção dos desfiles (que passa do “artesinato” para a “manufatura”, se nos for permitido utilizar estes termos de forma pouco rigorosa) e em sua estética (de “festa” para “show”). Paralelamente, verifica-se uma forte reorganização das formas de participação popular no carnaval.

Resumindo, em termos político-econômicos e organizacionais, pode-se propor uma matriz básica que caracteriza a situação atual: a) de um lado, os órgãos públicos e os partidos políticos enredados em seu próprio sucesso na tentativa de absorver e controlar política e ideologicamente as escolas de samba; sucesso que tornou inviável a política de subvenções diante da dimensão dos desfiles da atualidade, e face à crescente força política e econômica das grandes escolas de samba; b) de outro, as escolas de samba, que se constituem em considerável força política em razão da sua crescente legitimidade e relevância cultural, defrontadas com a duração dos custos de produção do desfile, na razão direta do incremento de sua importância, o que levou à extensão de suas atividades ao longo de todo o ano (e não mais apenas nos meses imediatamente anteriores ao carnaval) e à diversificação de suas atribuições (atividades assistenciais, escolares, esportivas etc.) (Chinelli, 1992). Isto as torna mais dependentes de um financiamento regular e crescente a cada ano, o que aprofunda

e consolida sua dependência dos banqueiros, por mais que aumentem os lucros provenientes de sua associação econômica com órgãos do poder público; c) finalmente, os banqueiros do bicho, que são atores privilegiados na relação das escolas de samba com o poder público através da posição de comando que nelas assumem (elementos-chave do movimento de privatização/mercantilização). As organizações de jogo do bicho, por outro lado, também dependem das escolas de samba, enquanto importante, embora não único canal de acesso e negociação com o poder público, vital para que possam operar de forma pacífica e racionalizada.

Acreditamos que o ponto de articulação institucional e de consolidação político-econômica dessa matriz é a Liesa, criada em 1985. Ela constitui o peão que ratifica o domínio dos banqueiros sobre as escolas de samba e as relaciona com os órgãos públicos, os quais, conforme se verá mais adiante, custaram muito a admitir relacionar-se “em bloco” e em termos mais igualitários com as grandes escolas.

Certamente, esse padrão básico de relacionamento está longe de ser unívoco. Acreditamos que ele se produz no conflito entre configurações de interesses com conteúdos muito diferentes, cuja formação e natureza precisam ser entendidas. Assim, a limpeza de uma parte do dinheiro proveniente do jogo do bicho, via financiamento das escolas, garante – para agentes que não precisam ter os mesmos objetivos – a possibilidade de relacionamento econômico entre o jogo do bicho e as escolas de samba.



Por outro lado, o que poderia ser qualificado como “limpeza simbólica e política” do jogo do bicho, através do “mecenato” dos banqueiros, assegura o apoio e o interesse destes nos aspectos substantivos (isto é, não-econômicos) das atividades das grandes escolas de samba. Na outra ponta, as escolas de samba podem aceitar este apoio – inclusive sob a forma atual de subordinação –, de maneira relativamente pacífica e sem questionar sua legitimidade, em decorrência da inserção sociocultural do jogo do bicho (ponto ao qual retornaremos mais adiante). Isto está longe de implicar uma fusão entre os dois tipos de organização, que continuam mantendo intenções, objetivos e horizontes muito diferentes. Mas garante que a instrumentalização das grandes escolas pelos banqueiros tenha poucas semelhanças com aquela de que são objeto os políticos de uma maneira geral.

Finalmente, é importante notar que os órgãos públicos, em seu esforço de resistir ao movimento de autonomização das grandes escolas de samba, são compelidos a ignorar o mais possível que não é apenas com elas, mas com uma associação entre elas e as organizações de jogo do bicho, que eles se confrontam. Cada vez mais, faltam-lhes condições econômicas para evitar o “mecenato” destas últimas.

Na medida em que se responsabiliza pela provisão de fundos necessários ao funcionamento das escolas de samba, o jogo do bicho torna-se instrumental para os órgãos do governo.

Acreditamos que esta descrição sumária da forma atual das relações entre as grandes escolas

de samba e as organizações de jogo do bicho funda-se em evidências suficientemente fones para torná-la consensual. Onde nos parece haver divergências é no tipo de explicação oferecido e na interpretação das implicações desse relacionamento.

De nossa parte, acreditamos que ele pode ser explicado historicamente. Como recurso expositivo e para efeitos de simplificação, apresentaremos a seguir, como “requisitos” ou “condições”, os processos interligados que conduziram à situação atual. Para tanto é necessário deixar claro que concebemos esses “requisitos” enquanto aspectos particulares que não são mais que o resultado de estratégias heterogêneas entre si, de agentes sociais com interesses e objetivos diferentes; e enfatizar que suas próprias motivações se constituem e se transformam ao longo das negociações que estabelecem. Os agentes não são, portanto, entidades dotadas de uma natureza e objetivos fixos e imutáveis ao longo do tempo

*Requisito 1 – Como expressão popular, mas “transgressora”, o samba precisou legitimar-se e se tornar legal. Em sua origem, as escolas de samba correspondem à forma organizacional dessa passagem da “transgressão” para a “ordem”.*

Durante muito tempo, o samba foi tratado como “caso de polícia”, objeto de pura repressão. Coincidindo com as primeiras vagas da



industrialização brasileira, que se concentrava no Rio, e com o crescimento demográfico da cidade, esta atitude começa progressivamente a se abrandar.

Para efeitos de nosso tema, não interessa determinar se esta alteração deveu-se a dificuldades de controle político da, ainda frágil, classe dominante emergente (Oliveira, 1989, p.120), a questões meramente operacionais relacionadas ao incremento numérico das classes subalternas ou a qualquer outro fator. Importa salientar que neste momento (década de 1920) os sambistas passam a ter melhores condições de se aglomerarem em organizações ainda pequenas, pouco estruturadas e bastante perseguidas pelo aparato repressivo<sup>6</sup> de onde surgiram, em curto espaço de tempo, as primeiras escolas de samba. E, mais que tudo, importa ressaltar que foi através desse formato organizacional – e não como uma abstrata manifestação cultural genericamente legítima – que o samba, os sambistas e suas organizações foram incorporados à ordem vigente.

Embora as informações a respeito deste período sejam escassas (Goldwasser, 1974; Raphael, 1981; Moraes, 1987), parece que se pode sugerir que a passagem do samba da “transgressão” para a “ordem” correspondeu, do ponto de vista institucional, a um duplo movimento: de um lado, a aglomeração dos sambistas em grupos cada vez maiores e mais organizados que se constituíram nas primeiras escolas de samba; de outro, a reorganização da ordem vigente no sentido de integrar os

sambistas e, ao mesmo tempo, disciplinar suas organizações. Assim é que, pouco depois do nascimento das primeiras escolas de samba,<sup>7</sup> já em 1935, a Prefeitura do Rio de Janeiro lhes concede pela primeira vez uma pequena subvenção, desde que o regulamento do desfile fosse devidamente obedecido. Na prática isto significou o reconhecimento e a oficialização do desfile que, desde alguns anos, se realizava na Praça Onze. Ou seja, em meados da década de 1930, o samba já não era mais “caso de polícia”, e sim “caso de política”, pelo menos formalmente.

Nesta nova arena, as escolas de samba são o interlocutor privilegiado pelo reconhecimento do poder público. A julgar pelas informações disponíveis, nos primeiros tempos o interesse desse parece ter se concentrado principalmente no conteúdo político e cultural das manifestações das escolas, mais do que em controlar as organizações propriamente ditas. Assim, por exemplo, constava do primeiro regulamento do desfile que deveriam ser veiculados temas que tratassem da história do Brasil, sendo proibida “manifestação abertamente política ou reivindicativa” e a “alusão ou crítica a acontecimentos marcantes” (Pereira de Queiroz, 1985:20). Mas, também muito rapidamente, este controle ideológico expande-se para tentativas de controle político das escolas. Um exemplo disso é que as primeiras associações que procuravam reunir as várias escolas de samba parecem ter sido estimuladas pelo poder público e promovidas por políticos ligados aos quadros partidários da época (Oliveira, 1989; Moraes, 1988).



Fica claro que esta incorporação relativamente rápida das escolas de samba à ordem vigente logo tendeu a adequar-se aos padrões gerais das relações políticas que se formavam. O “caso de política” em que se transformaram as relações entre as escolas de samba e o poder público, praticamente desde o início se materializava sob o formato de relações de clientela típicas do populismo. A integração das escolas de samba e o crescimento de sua força política são fenômenos paralelos e concomitantes a seu envolvimento com redes dessa natureza.

Estamos procurando chamar atenção para o fato de que o mesmo movimento de conquista de uma espécie de “cidadania cultural” – o direito ao samba e ao carnaval – subordina esses novos cidadãos à ordem que se reorganizou para recebê-los.

Como vimos, a década de 1930, em especial a partir do primeiro governo Vargas, significou o reconhecimento oficial das escolas de samba pelos órgãos governamentais. Há indicações de que esta nova postura está associada a uma “estratégia de conquista da paz social” (Oliveira, 1989:39), ligada à insatisfação de grandes parcelas da população urbana que haviam sido um dos sustentáculos de Vargas. Como elemento desse movimento mais amplo, as escolas de samba passam a ser tratadas como “focos de cidadãos que mereciam atenção” e o samba a ser legitimado finalmente como “expressão autêntica da música nacional” (Raphael, 1981, p.90).

A nova atitude do poder público, favorável ao carnaval e às escolas de samba, foi ambiente

propício a que elas crescessem e se organizassem internamente; e, ao mesmo tempo, para que elas, já nessa época, se tornassem objeto do interesse eleitoral.<sup>8</sup> Com o advento do Estado Novo, esta forma geral de relacionamento permanece e se aprofunda. As escolas crescem e se organizam cada vez mais, enquanto seu controle ideológico e político se intensifica. É neste período e neste contexto, que as escolas de samba têm seu desfile transferido da tradicional Praça Onze para a Av. Rio Branco, substituindo o carnaval das camadas médias, o corso, os ranchos e as Grandes Sociedades, na época em franco declínio.

Em um sensato balanço do período, Raphael (1981, p.119-120) considera que se os sambistas são utilizados, eles também souberam manipular o padrão clientelístico/corporativo em proveito próprio, aproveitando-se muitas vezes do poder público para resolver disputas internas e com outras agremiações. E puderam, digamos assim, expandir sua “área de influência”, na medida em que se aproximaram de outras camadas da sociedade carioca: sambistas passaram a ser convidados para fazer shows em casas noturnas da Zona Sul, instituições de caridade etc..

O período de redemocratização não presenciou mudanças significativas no desfile, tendo sido mantidas as características adquiridas no período anterior (inclusive a obrigatoriedade de temas nacionalistas, judiciosamente implementada através do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP (Rodrigues, 1984:38), em seus momentos iniciais). Mas é interessante



notar que nunca como nesse momento os partidos tentaram tanto se aproximar das escolas, conseqüência evidente do restabelecimento das liberdades políticas e da vida partidária.

É difícil, com os dados disponíveis, aprofundar o balanço desse período. Parece, contudo, que se perde por algum tempo a unidade do “mundo do samba” que havia sido obtida e preservada nos momentos anteriores, e que havia produzido em 1934 a reunião das escolas em torno da União Geral das Escolas de Samba (UGES).<sup>9</sup> A clivagem entre o Partido Comunista Brasileiro (PCB) recém-legalizado e os demais partidos produz cisões sucessivas nos seus órgãos coletivos (efeito que provavelmente se estendeu até o interior das escolas). Como a UGES entra na órbita de influência do PCB, e não cede às pressões do governo federal no sentido de reverter seu apoio, surge uma primeira dissidência que, por sinal, marca a entrada de militantes no mundo do samba. Em 1947, por iniciativa do Major Frederico Trota, é fundada a Federação das Escolas de Samba; dias depois, o mesmo major organiza a Confederação das Escolas de Samba; a primeira funcionando na sede do Partido Orientador Trabalhista e a segunda na do Partido Proletário do Brasil. Estas disputas acabaram levando à realização de dois desfiles em 1949: o oficial, promovido pela Federação, e o extra-oficial, na Praça XI que, segundo Oliveira (1989, p.50) foi brindado com “enorme indiferença da maior parte da imprensa”. Foi somente, em 1952, quando a presidência da Federação retornou

às mãos de um sambista, que o mundo do samba se rearticulou politicamente, com a fusão das três entidades num único órgão, a Associação das Escolas de Samba.<sup>10</sup>

Com os anos 50 se inicia a chamada fase “moderna” das escolas, que incorpora grandes transformações não só no que diz respeito ao desfile, mas também no que tange à sua inserção institucional.

Por um lado, aprofunda-se um processo que torna menos nítida a natureza de classe das escolas: a) na transformação do samba em manifestação da cultura nacional, ao invés de pura transgressão à ordem e na utilização política dessa passagem para efeitos de uma propaganda nacionalista durante o período Vargas; b) numa bem sucedida inserção das escolas na ordem político-institucional, grandemente facilitada pela rápida adesão dos sambistas aos padrões de comportamento político desta ordem; c) no rebatimento físico desses processos, que ao mesmo tempo os estimulou, parece ter sido a transferência dos desfiles para a Av. Rio Branco, na época o “coração” político-social e mundano da cidade. Esta aproximação entre as camadas médias e o samba<sup>11</sup> produz uma ampliação da base social deste, – ampliação que é constante desde a década de 1950 até hoje – e um turvamento das fronteiras de classe das escolas. Isto acaba por acarretar mudanças significativas na estrutura de poder das agremiações, com a direção e a liderança deixando de ser exclusivamente “popular” e incorporando também, embora em proporções





nitidamente minoritárias, representantes provenientes das camadas médias da cidade.

De outro lado, as crescentes clivagens político-ideológicas da época, associadas à forma de “caça à clientela” através da qual elas vêm a se expressar, fazem das associações populares, entre elas as escolas de samba, alvo do interesse de políticos de todos os matizes. Isto tem por resultado um aumento da força política das escolas, as quais, por sua vez, com a capacidade de barganha aumentada, intensificam sua participação na vasta rede de relações de clientela que se consolidou nesse período.

Esta ascensão social e política estimula muitas transformações nos desfiles, que já começam a tornar-se grandiosos, com a conseqüente escalada de custos, complexificação do processo de sua produção e o início da formação de uma camada de profissionais. Mas, é na década de 1960 que essas tendências se tornam mais claras: a atuação de cenógrafos, artistas plásticos, etc passa a ser fundamental, aprofundando o elo das escolas de samba com as camadas médias, introduzindo a profissionalização na produção do evento, e iniciando um afastamento progressivo dos setores populares da área do desfile. Em 1963 seu local é transferido para a Av. Presidente Vargas, onde já em 1965 são construídas arquibancadas com 40.000 lugares que, com o correr dos anos, são cada vez mais ocupadas por turistas, pois o preço do ingresso as tornava cada vez mais inacessíveis à população pobre.

*Requisito 2 – A legitimação e integração das escolas à ordem vigente condicionou a formulação da questão de sua autonomia como uma demanda de liderança empresarial.*

Na década de 1960, que consolida a fase moderna das escolas, o processo de mercantilização do desfile (e do carnaval como um todo), que se iniciara no decênio anterior, era irreversível. De uma certa maneira, tratava-se de uma conseqüência “espontânea”, não-intencional, do aumento da importância política das escolas no quadro da ordem vigente e do crescimento quantitativo do evento.

Com o golpe de 64, este processo se torna mais visível e adquire conotações diferentes. Já em 1965, por ocasião do IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro, o governo intervém diretamente nas escolas, impondo, através do regulamento, enredos que aludissem à história da cidade. A partir daí, as escolas recebem “sugestões” no sentido de atualizarem os temas de seus enredos, tratando do “Brasil Grande”, o Brasil pós-1964.

Num certo sentido, retorna-se ao controle político-ideológico direto do período Vargas. Mas agora o “Brasil Grande” exige mais luxo e riqueza para expressá-lo, e havia tempo que isto já não era uma novidade para o público, nem propriamente uma dificuldade técnica ou operacional para as escolas. A novidade, um tanto paradoxal, na medida em que ela coincide com um período de intensa repressão e



controle político, é que a “questão do carnaval” (leia-se, da fase moderna das escolas de samba) se desloca da esfera política para a esfera econômica, passando neste primeiro momento, a girar em torno dos custos, tanto para o poder público quanto para as escolas.

A criação da Riotur, em 1972, representa a ratificação e a institucionalização desse deslocamento. A política de subvenções, que sempre foi a base econômica das relações entre o poder público e as escolas de samba, fundada numa lógica de controle político, cuja forma de implementação era marcadamente clientelística, passa agora a ser justificada como investimento no turismo interno e externo,<sup>12</sup> não se tratando mais de puro “assistencialismo cultural”.

Esta situação acarreta uma dupla consequência. Primeiro, aprofunda-se muito fortemente a diferenciação entre o desfile das grandes escolas de samba e os demais eventos e associações que compõem o conjunto do carnaval carioca (aí incluídas as escolas menores). Segundo, se este novo modelo de relacionamento das grandes escolas com o poder público era em grande parte decorrente do aumento da importância destas, seu poder de barganha cresce ainda mais.

Assim é que, em 1975, as escolas de samba, através da Associação das Escolas de Samba, estabelecem um contrato de prestação de serviços com a Riotur que substitui a subvenção oficial e que pode ser considerado como o marco inicial do processo de privatização do desfile, principalmente o das grandes escolas. A partir daí, estas

conseguem ganhar cada vez mais terreno nas suas relações com a Riotur no que diz respeito ao retorno econômico do desfile.<sup>13</sup>

No âmbito da Associação das Escolas de Samba, as grandes escolas, reconhecidas como as protagonistas centrais do carnaval carioca, procuram ampliar sua participação nos lucros gerados fundamentalmente pelo desfile do Grupo I. Em 1983, tentam renovar o contrato de prestação de serviços com a Riotur em bases que lhes fossem mais favoráveis. Isto gera uma crise que ameaça seriamente a unidade que a Associação havia conseguido manter durante tantos anos consecutivos.

A construção da Passarela do Samba, iniciado em fins de 1983 e concluída às vésperas do carnaval de 1984, aprofunda ainda mais esta crise, uma vez que com ela o potencial econômico do desfile das grandes escolas se amplia de forma extraordinária. Conscientes de toda a sua força, as dez maiores escolas de samba desligam-se da Associação neste mesmo ano e fundam a Liga Independente das Escolas de Samba (Liesa), que passa a existir oficialmente em 1985 enquanto “sociedade civil sem fins lucrativos”, conforme seu estatuto.<sup>14</sup>

A Liesa se constituiu no passo definitivo rumo à completa privatização do desfile das grandes escolas. A partir dela, presidida por alguns dos maiores banqueiros de jogo do bicho cariocas,<sup>15</sup> o relacionamento entre as grandes escolas e o poder público se processa com toda a clareza em termos da disputa pelo controle econômico do empreendimento turístico-empresarial em



que se transformou o carnaval carioca.<sup>16</sup> O capitão Ailton Jorge Guimarães assume seu segundo mandato na presidência da Liesa com o objetivo explícito de privatizar definitivamente o desfile das escolas a ela associadas.

Parece indubitável que a situação se inverteu: de concessionária, a Riotur se transformou na prática em prestadora de serviços a Liesa, cabendo-lhe apenas a responsabilidade da venda dos ingressos e a montagem da infra-estrutura necessária ao brilho das grandes escolas na Passarela do Samba: som, cadeiras de pista, atendimento médico, policiamento, etc. Enfim, a competência empresarial da Liesa é oficialmente reconhecida pela Riotur, durante a gestão de Alfredo Laufer: “A Liga Independente representa o que é de mais moderno no mundo do samba, dando cunho profissional e altamente comercial às escolas de samba, suas filiadas” (Riotur, 1988).

Se fosse o caso de resumir em um parágrafo toda esta longa trajetória, talvez pudéssemos dizer que, se a incorporação das escolas de samba à ordem institucional implicou numa inegável subordinação política – delas e de toda a sua base social –, ao mesmo tempo, sua integração conduziu ao movimento de autonomização que estamos presenciando, e que se processa a partir do interior da própria ordem vigente. Gostaríamos de acrescentar que, se o papel do jogo do bicho – de que trataremos em seguida – foi relevante ao longo de todos esses anos, ele se torna absolutamente fundamental para a compreensão desse movimento de autonomização.

*Requisito 3 – Para que as escolas de samba pudessem representar um veículo de “limpeza simbólica”, era necessário que o jogo do bicho se aproximasse das escolas a partir de uma posição de legitimidade.*

Quanto a este aspecto, todas as informações convergem no sentido de indicar uma ligação umbilical, mas genérica (termo cujo sentido se tornará claro mais adiante), do samba com o jogo do bicho. Acreditamos que um par de exemplos basta para deixar claro este ponto.

Um dos mais conhecidos personagens das relações entre o samba e o jogo do bicho, Natal da Portela tornou-se “contraventor” e, mais tarde, grande banqueiro do jogo do bicho, depois de participar da fundação do bloco “Vai Como Pode”, que deu origem àquela escola. Natal ajudou a criar este bloco em 1923, e somente em 1928 começou suas atividades como “bicheiro” (Araújo & Jório, 1985, p.60).

Um segundo exemplo encontra-se na entrevista de José Dib, conhecido salgueirense, descendente de sírios:

*Todas as escolas tiveram origem semelhante. Tinha o pessoal do morro, o branco e o bicheiro. Mas era o bicheiro da área, integrado à comunidade, que tinha um ou dois pontos de apostas, no máximo (a entrevista prossegue com uma referência à repressão*



policial aos bicheiros, insinuando que, já naquele momento, ou não havia mais, ou era desprezível, a repressão aos sambistas) (*Jornal do Brasil*, 25/2/80).

Fica claro, portanto, que havia uma relação genérica entre o samba e o jogo do bicho: desde a origem da organização do samba nas escolas, os bicheiros estiveram presentes. Ou, o que é a mesma coisa vista pelo outro lado, alguns sambistas eram também bicheiros. Aqui, o caso de Natal é mais uma vez significativo da abrangência desta relação, pois ele “gostava de samba”, mas parece jamais ter sido um sambista propriamente dito: “Natal (1905-1975), (...) nunca tocou um instrumento, compôs um samba ou saiu fantasiado, a não ser com o indefectível paletó de pijama azul e branco, à frente de sua escola. Poucos, porém, foram tão sambistas como ele” (Costa, 1984, p.347).

Isto nos leva a concluir que samba e jogo do bicho sempre foram atividades relacionadas entre si porque eram comuns ao mesmo estrato social. Tanto é assim que ambas acompanharam as populações menos favorecidas no processo de suburbanização que caracterizou a industrialização e o desenvolvimento urbano do Rio e marcou seu perfil ecológico, dividindo a cidade entre Zona Norte e Zona Sul.<sup>17</sup> Mas foi somente a institucionalização de ambas as atividades em estruturas organizacionais específicas com um “espaço” próprio, que transformou aquele relacionamento difuso

em relações entre organizações. Ou, em outras palavras: a institucionalização das relações entre o samba e o jogo do bicho é um processo que separa estas atividades articulando organizações com motivações e objetivos distintos.

Por outro lado, a forma como se processou esta reunião dificilmente teria sido possível se não fosse a indefinição e a fluidez que estiveram em sua origem. A profunda penetração e a enorme popularidade do jogo do bicho entre as camadas menos favorecidas da população, sua visceral inserção na vida cotidiana da pobreza carioca (que o “normaliza” mesmo depois da criminalização do jogo, em 1946), permitiram que a reaproximação fosse muito pouco questionada, tendo seu começo passado quase despercebido.<sup>18</sup>

Estamos, portanto, salientando que o caráter popular do jogo do bicho está na base da profunda imbricação entre ele e as escolas de samba. Mas, não é nossa intenção levar esta afirmação para além de seus devidos limites, insinuando que ambos têm o mesmo estatuto como “manifestações de cultura popular” tema que, aliás, não é objeto deste trabalho. Neste sentido, é preciso deixar claro que o jogo do bicho, apesar de sua grande popularidade, teve sua expansão patrocinada, se não pelas elites, pelo menos por camadas estabelecidas da população carioca: principalmente os pequenos comerciantes de retalhos, responsáveis diretos pelo seu movimento na direção dos subúrbios (Mello, 1989, p.130).



Embora as informações de que dispomos sobre a história do jogo do bicho sejam muito menos consistentes do que o material relativo às escolas de samba, alguns aspectos de sua evolução podem ser comentados.

O mais evidente deles é que, se a institucionalização das escolas de samba implicou um movimento de integração, da transgressão para a ordem, o inverso ocorreu com o jogo do bicho. Tudo leva a crer que, durante bastante tempo, o jogo do bicho permaneceu pulverizado numa grande quantidade de “pontos” com poucas semelhanças organizacionais com as grandes bancas da atualidade. Embora os primeiros indícios de concentração e verticalização já se fizessem notar, é a criminalização do jogo em 1946 que dá grande impulso a este processo. Tal como o conhecemos hoje, o jogo do bicho se organiza “na transgressão” e, dado que isto só vem a ocorrer em meados da década de 1940, a simples remissão à seção anterior deste trabalho indica que houve um claro descompasso temporal na institucionalização do samba e do jogo do bicho.

Uma vez que os dados são escassos, gostaríamos apenas de sugerir que o jogo do bicho se organizou a partir de duas estratégias complementares. A primeira delas foi “para cima e para fora”, relativa a suas relações com o poder público ou, mais especificamente, com o aparelho repressivo. Aqui, tratava-se de “politizar a repressão” através de acordos parciais – e propinas que minimizassem seus efeitos e garantissem a convivência, e através de uma

influência política mais ampla, capaz de influir na “filosofia” ou orientação geral da ação policial. Apesar de haver se caracterizado até o final da década de 1970 (momento em que foram presos na Ilha Grande vários grandes banqueiros) por avanços e recuos (Silva e Figueiredo, 1978), esta estratégia também inseriu as organizações de jogo do bicho nas redes de clientela típicas do modo de relacionamento político da ordem vigente, de uma forma semelhante à que foi descrita para as escolas de samba. Nesta estratégia, a participação nas escolas, que permitia uma face pública legítima ou pelo menos aceitável, representava um elemento fundamental, até porque não havia muitas opções alternativas. O movimento de aproximação tornou-se cada vez mais íntimo e generalizado, até o ponto do controle que atualmente as organizações de jogo do bicho exercem sobre as grandes escolas.

Ao mesmo tempo, ao menos para uma boa parte dos banqueiros – os quais, por sua origem social e por seus gostos, sempre gravitaram em torno do mundo do samba ou fizeram parte dele, este recurso às escolas de samba podia ser quase natural, pelo menos no início do processo.

Isto significa dizer que a instrumentalização destas pelo jogo do bicho possivelmente terá se desdobrado a partir de um fundamento não intencional. A figura do banqueiro-patrono, que se torna típica da relação entre o samba e o jogo do bicho nos anos 60, quando já estão suficientemente verticalizados e organizados, parece estar carregada desta ambigüidade, e



dá origem a apaixonadas discussões.<sup>19</sup> É somente a partir dos anos 70 que esta ambigüidade desaparece, dando lugar à clara afirmação de uma relação formal de poder político e econômico dos banqueiros sobre as escolas. A partir deste momento, mesmo que a aceitação pública do fato seja disfarçada por todos os envolvidos, as escolas de samba perdem boa parte de sua condição de agente capaz de uma estratégia independente. Indício significativo é a avaliação generalizada do sentido atual da luta das grandes escolas pela autonomia e pela privatização do desfile: os pólos da disputa não seriam, de um lado, o poder público, e de outro as escolas de samba; mas, antes, o confronto se daria entre aquele e os grandes banqueiros, com a autonomia das escolas, seu controle sobre o carnaval e a privatização do desfile não passando de “campos”, “temas” ou “espaços” em questão. Numa palavra: as novas circunstâncias levaram os patronos a vestirem uma máscara de Frankstein – eles agora são donos: “Escola que não tem dono não ganha carnaval” (entrevista com uma passista).

Não poderia deixar de ser ressaltado o fato de que faz parte da estratégia “para cima e para fora” um aspecto do desenvolvimento organizacional do jogo do bicho cujas conseqüências, uma análise mais detalhada precisaria explorar melhor do que somos capazes de fazer neste artigo: a formação, ainda na década de 1960, do que poderia ser chamado de um “braço armado”. A insuficiência e precariedade da “politização da repressão”, associada à ausência

de um quadro normativo que permitisse definir as fronteiras entre as diferentes organizações de jogo do bicho sem recurso à força, fizeram com que, durante muito tempo, explodissem violentos conflitos que puseram em relevo a dimensão paramilitar envolvida no processo de institucionalização do jogo do bicho. Sua consolidação institucional – mesmo com a permanência na “transgressão” – progressivamente reduziu a frequência e a relevância do recurso à força, até atingir o momento atual, que se caracteriza por uma pacificação aparentemente total obtida através de um acordo de cúpula que parece bastante estável e que conta com o aval implícito do poder público. Mantém-se, porém, o caráter autoritário e centralizador do período anterior que ajuda a confundir o banqueiro moderno com o antigo patrono. O braço militar perde seu sentido estratégico, sendo substituído pela força econômica e política, mas preserva-se o “estilo” que ele contribuiu para moldar.

A estratégia “para dentro e para baixo”, paralela e complementar à que acabamos de descrever, parece ter consistido em cultivar uma base de sustentação extra-institucional para ela. É aqui que o banqueiro, na proporção do enriquecimento obtido com o fortalecimento de sua organização, se transforma em “patrono”. Dispomos de poucas informações a respeito, mas parece que a própria origem social dos banqueiros os expunha a demandas crescentes por favores dos mais variados tipos, favores que eles eram compelidos a atender pelo menos parcialmente,



como forma de angariar prestígio e proteção dos moradores da área onde viviam e “trabalhavam”. Um dos focos destas demandas era, sem sombra de dúvida, a escola de samba do local. Não temos clareza a respeito dos modos e dos conteúdos históricos através dos quais este mecanismo estratégico veio a se desenvolver, porém dois pontos parecem estar estabelecidos. Primeiro, que a área de influência das organizações de jogo do bicho e das escolas de samba são altamente coincidentes, e isso desde há bastante tempo; segundo, que a pacificação à qual nos referimos anteriormente, que divide todo o Rio de Janeiro, parte dessa divisão “histórica” já consolidada, e dificilmente poderia ter sido possível antes dela. Ao menos como hipótese, é possível sugerir uma estreita interdependência entre a evolução das organizações de jogo do bicho e a definição de uma base territorial determinada que inclui em seus limites as escolas de samba.<sup>20</sup>

*Requisito 4 – Para que o aspecto econômico das relações bicho-samba pudesse ser estrategicamente relevante, foi preciso que, paralelamente à mercantilização do desfile, o jogo do bicho se organizasse de forma tal que permitisse a formação de um excelente significativo.*

A constituição das mega-empresas e que se transformaram as organizações de jogo do bicho da atualidade dependeu de um modo de acumulação que tem características muito particulares.

Como vimos, enquanto atividade econômica, o jogo do bicho dependeu da construção de um espaço – tanto no sentido ecológico quanto político – de atuação. O desenvolvimento das estratégias esboçadas na seção anterior parece ter sido durante muito tempo, o fator determinante de seu êxito econômico.

Ao longo de todo o processo de institucionalização das organizações de jogo do bicho, elas se dedicaram ao que poderia ser chamado de “investimentos políticos”, que garantiram seu fortalecimento e ampliação. Com toda a certeza, o rápido enriquecimento dos banqueiros a partir da segunda metade da década de 1940 contribuiu para o sucesso desse empreendimento político, em todas as suas etapas; mas foi sempre função das garantias de um espaço de atuação que era o retomo desses “investimentos”. Este foi o sentido básico de suas relações com as escolas de samba: por um lado, elas eram um intermediário cada vez mais qualificado com a ordem vigente em geral, e com o poder público em particular, na medida em que se fortaleciam e se tornavam mais importantes politicamente; por outro, as escolas de samba eram elementos que compunham a base ecológica, vitais para a definição das fronteiras espaciais das organizações do jogo do bicho. Para cultivar estas relações, porém, os banqueiros precisavam de um desenvolvimento anterior, sem o qual o acesso às escolas permaneceria como sempre foi, inorgânico e difuso.

Gostaríamos de chamar a atenção para um ponto: a característica intrinsecamente concentradora



e verticalizante deste modo de institucionalização que foi típica de grande parte do desenvolvimento organizacional do jogo do bicho e responde por boa parte dos violentos conflitos internos durante o que poderia ser chamado de período de consolidação. Foi somente depois desse estágio, que corresponde à constituição de um espaço de atuação amplo e tem como consequência o enriquecimento dos banqueiros, que as próprias organizações de jogo do bicho colocaram limites e se unificaram. Neste momento, que parece corresponder ao início dos anos 80 (as informações, obviamente, são imprecisas) já se trata de grandes empresas que, fundadas no cálculo econômico, fazem um acordo político:

*“Nós estamos à beira da perfeição”, afirma Zinbo. A organização do bicho no Rio ultrapassa a etapa de pacificação e lastreada na cúpula composta pelos sete maiores banqueiros do Estado (Haroldo Nunes, Valdemiro Garcia, o “Miro”, capitão Guimarães, Anísio Abraão David, Castor de Andrade, Antonio Petrus, o “Turcão” e Rafael Palermo), desenvolveu um sistema que contempla e harmoniza a divisão territorial. Regulou-se o processo de venda e absorção de pontos de um bicheiro por outro, o sorteio único com pagamento de apostas padronizadas e sofisticado sistema de descarga, à semelhança das operações*

*de resseguro do mercado segurador que garante, segundo o porta-voz da contravenção, a máxima de nunca recusar apostas (Isto É/Senbor, 05/07/89).*

A “perfeição” a que se refere o “porta-voz” da contravenção é a formação de um oligopólio, e ela é anterior à formação da Liesa, como outras passagens da mesma reportagem indicam. Portanto, se considerarmos que praticamente todos os representantes do oligopólio são sócios-fundadores na categoria de “pessoa-física”, e enquanto presidentes das agremiações fundadoras figuram, na categoria de “pessoa jurídica”, podemos fazer duas deduções. Primeiro, que as grandes escolas de samba são vitais para os interesses do jogo do bicho, tal como eles se apresentam atualmente. A melhor indicação disto é que a Liesa é controlada praticamente pelo mesmo colegiado que dirige o conjunto de atividades do jogo do bicho. E, segundo, que, entre esses interesses, está a luta pela autonomia das escolas e pela privatização do desfile.

Acreditamos que isto pode ser explicado de duas maneiras. De um lado, porque as escolas de samba se tornaram empreendimentos que movimentam grandes somas e, portanto, são atrativos como veículos de “limpeza” dos rendimentos acumulados em atividades que não têm existência legal. Para tanto, passa a ser altamente funcional o controle de postos-chaves da estrutura organizacional das escolas. De outro, porque, na medida mesmo em que o





desfile se torna cada vez maior e mais luxuoso, o peso de seu funcionamento se torna difícil de sustentar. Isto vale também para o poder público (mas este, ao contrário das organizações de jogo do bicho, comporta-se de maneira ambígua, uma vez que em situações de normalidade política, o financiamento é seu único meio de controle sobre as escolas), e nos parece ser em grande parte a fonte das sucessivas derrotas frente às demandas de autonomia das escolas. Do ponto de vista das organizações de jogo do bicho, quanto maior for a proporção de auto-financiamento das escolas, menor o ônus que este financiamento representa para os banqueiros, uma vez que para eles não há perdas; já indicamos diversas vezes que o jogo do bicho controla a direção da maior parte das agremiações cariocas, incluídas muitas daquelas de menor porte.

Mas, é preciso deixar bem claro que este auto-financiamento só é possível hoje graças a estrutura empresarial da Liesa, altamente centralizadora e completamente dominada pelos grandes banqueiros cariocas. Isto quer dizer que, mesmo para as escolas que dizem não depender do “dinheiro do jogo do bicho”, como é o caso atual da Vila Isabel, a possibilidade de brilhar na Passarela do Samba passa pelos lucros a cada ano mais gordos que a Liesa consegue gerar, o que relativiza o sentido da independência contido na expressão auto-financiamento.<sup>21</sup>

E mais importante ainda, as escolas de samba, num movimento sobre cujos detalhes não

dispomos de informações, têm apresentado recentemente uma tendência à diversificação de suas atividades por elas denominada de “trabalho comunitário”, o que permite supor que também deste ponto de vista o auto-financiamento das escolas é atrativo para as organizações do jogo do bicho: este é um filão que pode conduzir à institucionalização da prestação de certos serviços e favores pessoais que tradicionalmente têm estado a cargo dos banqueiros. Embora, às vezes, de pequeno valor unitário, estes favores terminam por serem muito onerosos, na proporção mesma do crescimento do espaço do “jogo do bicho”.

Os banqueiros deixam de arcar também com este trabalho assistencial, mas continuam a auferir os seus benefícios políticos. Acreditamos, inclusive, que a atividade da Liesa possibilitou a ampliação destes benefícios, na medida em que permitiu às escolas um excedente financeiro que é investido na prestação de serviços comunitários, fundamentais na configuração atual da legitimidade dos banqueiros do jogo do bicho junto às camadas pobres da cidade que constituem a base social das escolas de samba (Chinelli, 1992).

Acreditamos que, com essa descrição da longa trajetória que conduziu ao modo atual de relacionamento entre o jogo do bicho e as escolas de samba, temos condições de especular a respeito do sentido mais geral dessas relações.

Em um artigo pioneiro e central para o nosso tema, Pereira de Queiroz (1985) assim coloca os contornos do problema:



*(...) duas interpretações contrárias do papel das Escolas de Samba: a da oposição e luta das camadas inferiores contra as superiores, o desfile significando a vitória das primeiras; a da integração das duas camadas através da hegemonia das camadas superiores, que conseguem subjugar as inferiores (...).* (Pereira de Queiroz, 1985, p.30).

Ao longo do seu texto, a autora toma posição nesse debate:

*Dividir para reinar, tal parece ser o lema das camadas superiores, quando desenvolvem as competições entre as escolas de samba e favorecem sua rivalidade. Lema partilhado pelos bicheiros num acordo dissimulado e inevitável com as classes superiores, cujo sentido é assegurar sua mútua hegemonia.* (Pereira de Queiroz, 1985, p.34).

As seções anteriores de nosso trabalho não fazem mais do que confirmar esta interpretação, detalhando-a do ponto de vista de suas formas de institucionalização. Por outro lado, acreditamos que deixamos implícito o altíssimo grau de tensão e ambigüidade daquela “mútua hegemonia”.

É preciso notar, em primeiro lugar, que ela surge, e mais tarde se consolida, a partir do

momento em que as escolas de samba começam sua ascensão política, passando a dispor de considerável poder de barganha no interior da ordem vigente. Não seria nenhum contrasenso, portanto, imaginar que a simbiose ordem-transgressão – que para a autora é o mecanismo institucional que gera a “mútua hegemonia” – fosse visto como uma estratégia do poder público no sentido de contra-restar o crescente poder e independência das escolas de samba. Ora, este recurso, que efetivamente ocorreu – cremos haver demonstrado que, de fato, o poder público “permitiu” que as escolas de samba fossem progressivamente controladas pelos banqueiros – é ele mesmo uma evidência da precariedade da capacidade de controlar política e ideologicamente as camadas populares, pelo menos no que se refere às escolas de samba. Numa palavra: a simbiose ordem-transgressão, de fato, é uma forma de assegurar a “mútua hegemonia”, mas, ao mesmo tempo, é um forte sintoma do enfraquecimento da ordem. Nossa sugestão é clara: parte desse enfraquecimento foi endógeno, e corresponde à ascensão política das escolas de samba.

De nenhuma forma, porém, isso significa sugerir que as camadas populares saem ganhando nesse processo, pois elas permanecem numa posição subalterna, submetidas política e ideologicamente. Parece ser inquestionável que, de uma forma ou de outra, elas são alijadas de sua própria festa (até porque ela há muito tempo deixou de ser “festa” no sentido mais rigoroso da palavra). Significa, isto sim, sugerir



que, além delas, também perdem as classes dominantes nessa associação indireta e cheia de mediações com o jogo do bicho. Perdem ambas as classes, porque a perda verdadeira é o quadro de referência em que elas se confrontam, isto é, aquilo que temos chamado de “ordem vigente”. O “espaço” do jogo do bicho em nossa opinião, é muito mais que o espaço da transgressão à ordem, seu avesso: é o vazio da ordem.<sup>22</sup>

## Referências Bibliográficas

### 1. Livros e periódicos

- ABREU, Maurício. Da habitação ao habitat: uma interpretação geográfica da evolução da questão da habitação popular no Rio de Janeiro (1850-1930). Seminário Habitação Popular no Rio de Janeiro: Primeira República. Casa de Rui Barbosa/IUPERJ/IBAM, 1984.
- ARAÚJO, Hiran; JÓRIO, Amaury. *Natal: o homem de um braço só*. Rio de Janeiro: Guavira, 1975.
- CHINELLI, Filippina. O projeto pedagógico das escolas de samba e o acesso à cidadania. *Boletim do Laboratório de Pesquisa Social*, nº. 8, Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/DCS/LPS, jun. de 1992.
- GOIWASSER, M<sup>a</sup> Júlia. *O palácio do samba: estudo antropológico da escola de samba Estação Primeira da Mangueira*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1989.
- MELLO, Marcelo Pereira de. A história social dos jogos de azar no Rio de Janeiro: 1808-1946. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1989.
- MORAES, Eneida de. *História do carnaval carioca*. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- MOURA, Roberto de. *Carnaval: da redentora à praça do apocalipse*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- OLIVEIRA, José Luiz de. Uma estratégia de controle: a relação do poder do estado novo com as escolas de samba no Rio de Janeiro de 1930 a 1985. Rio de Janeiro: UERJ/IFCS/DH, 1989.
- PEREIRA DE QUEIROZ, M<sup>a</sup> Isaura. Escolas de samba do Rio de Janeiro ou a domesticação da massa urbana. *Cadernos do CERU*, nº 1. São Paulo, 1986.
- RAPHAEL, Alison. *Samba and social control: popular culture and racial democracy in Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Nova Iorque: Universidade de Columbia, 1981.
- RODRIGUES, Ana M<sup>a</sup>. *Samba negro, espoliação branca*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- RIOTUR. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Relatório da Gestão 1987-1988.
- RIOTUR. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Relatório do Carnaval de 1988.
- SILVA, L.A. Machado da; FIGUEIREDO, Ademir. A partir de um ponto de jogo do bicho. São Paulo: XXX Reunião da SBPC, jul. de 1978.
- SOUZA, Hamilton Moss de. *Engrenagens da fantasia*. Rio de Janeiro: Bazar das Ilusões, 1989.
- ZALUAR, Alba. Carnaval e clientelismo político. *Cadernos do CERU*, nº 1. São Paulo, 1986.



## 2. Revistas e jornais

*Isto É/Senhor*, 05/07/89.

*Jornal do Brasil*, 25/02/80.

*Jornal do Brasil*, 18/09/88.

*Veja*, 27/02/80.

*Visão*, 23/02/76.

---

**Abstract** – *This article discusses the growing liaison between the samba schools and the illicit lottery organizations, such as those related to the traditional jogo do bicho (numeric- iconic lottery), with special emphasis on the power relations therein represented and the economic issues involving both segments. Light is shed on the commodification forms of the Rio de Janeiro carnival, with the steady privatization of the street shows, the transformation of popular participation, and the powerlessness of the public sphere to stop this process.*

**Keywords:** *samba schools; jogo do bicho [illicit lotteries]; Rio de Janeiro carnival; Rio de Janeiro.*

**Resumen** – *Se discute en este artículo el vínculo creciente entre las “escolas de samba” y las organizaciones del juego del bicho (juego de azar popular, de origen carioca), con destaque para las relaciones de poder ahí representadas y las cuestiones económicas que estrechan ambos los segmentos. Se observan las formas de mercantilización del carnaval carioca, con su fuerte tendencia a la privatización de los desfiles de las “escolas de samba”, las transformaciones en la participación popular y la impotencia del poder público en resistir a ese proceso.*

**Palabras-clave:** *escolas de samba; juego del bicho; carnaval carioca; Río de Janeiro.*

---

## Notas

<sup>1</sup> Banqueiro designa usualmente a principal autoridade da organização do jogo do bicho. Preferimos empregar esta denominação, ao invés de “bicheiro”, termo que se refere aos funcionários do banqueiro. Sobre a hierarquia interna das organizações do jogo do bicho. Cf. Silva & Figueiredo, 1978.

<sup>2</sup> Assim, por exemplo, é comum que políticos em campanha sejam impedidos de atuar no interior das escolas e barrados da participação oficial em eventos por elas produzidos. Mas, ao mesmo tempo, a “casa das tias” (personagens-chave da história e da vida das escolas) e outros lugares equivalentes são-lhes franqueados.

<sup>3</sup> Embora a autora se baseie em pequenos blocos e não em grandes escolas, uma boa discussão dessa questão, do ponto de vista das organizações carnavalescas, encontra-se em Zaluar (1985).

<sup>4</sup> Esta afirmativa está longe de ser uma novidade: no citado artigo de Pereira de Queiroz (1985), tal generalização já é mencionada, a partir de argumentação detalhada que, inclusive, incorpora uma revisão bibliográfica, além de apresentar um modelo do debate sobre as respectivas implicações político-ideológicas.

<sup>5</sup> Veja-se o exemplo de Joãozinho Trinta, ex-carnavalesco da Beija-Flor, escola comandada por um dos maiores banqueiros do Rio de



Janeiro que, em fins dos anos 70, começou a implementar projetos assistenciais voltados para a população pobre de Nilópolis, principalmente para as crianças e adolescentes. O trabalho do carnavalesco ultrapassou as fronteiras da escola e do município, encontrando-se hoje consolidado, a ponto de ser tomado como símbolo da assistência à infância pobre do país (Chinelli, 1992).

<sup>6</sup> Referindo-se à criação do Vai Como Pode (nome, aliás, sugestivo, assim como os de outros blocos desse período), em 1923, embrião de uma das grandes escolas, Natal da Portela afirma: “Naquele tempo, samba era coisa de marginal. Não tinha ninguém interessado em dizer que era sambista. Mas eu era”. (Araújo e Jório, 1975, p.89).

<sup>7</sup> A Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira foi fundada em 1928; em 1931 aconteceu, na antiga Praça XI, o primeiro desfile de escolas de samba de que se tem notícia, patrocinado por pequenos jornais cariocas; em 1932, na mesma Praça XI, o jornal *Mundo Sportivo*, promoveu o segundo desfile, do qual participaram, além da Mangueira que se sagrou campeã, a Segunda Linha do Estácio, a Vai Como Pode, a Para o Ano Sai Melhor e a Unidos da Tijuca (Oliveira, 1989, p.42).

<sup>8</sup> O envolvimento de Pedro Ernesto com as escolas de samba e favelas é típico. Assim, em 1933 ele funda o Partido Autonomista do Distrito Federal com a clara intenção de conquistar votos de favelados, sambistas e pobres em geral.

<sup>9</sup> Diga-se de passagem que, embora o primeiro presidente fosse um sambista (Eneida, 1987, p.254), no mesmo ano de sua fundação, a UGES promove um desfile com 30 escolas de samba em homenagem à Pedro Ernesto, o que é altamente ilustrativo do grau de imbricamento institucional e ideológico entre as escolas e a ordem vigente.

<sup>10</sup> Entre 1949 e 1951, Irêneo Delgado, amigo pessoal do Prefeito Mendes de Moraes, que por sua vez era homem de confiança de Dutra, presidiu a Federação. Foi também, um dos fundadores da Escola de Samba Império Serrano, em 1947, que fez uma carreira meteórica, obtendo vitórias sucessivas com o apoio da Federação. O “Império Serrano” introduziu uma série de inovações na concepção do desfile, adequadas ao gosto dos jurados (provenientes principalmente da pequena burguesia carioca).

<sup>11</sup> Seria necessário explicar também os motivos da aproximação a partir do ponto de vista das camadas médias, mas este não é o local para tanto. Raphael (1981, p.123) sugere que eles se relacionam ao crescimento da consciência política desses segmentos, que estavam em franca expansão no bojo do desenvolvimento brasileiro, e sua conseqüente busca de uma identidade cultural que pudesse se contrapor à penetração do imperialismo americano. Mas, hipóteses mais “modestas” também poderiam ser levantadas: as escolas de samba são passíveis de serem representadas, por sua trajetória, como uma espécie de lazer exótico (que eventualmente pode supor grande quantidade de “trabalho”, no sentido de esforço, dedicação, tempo dispendido etc.). de gosto adocicado pela crescente importância política e prestígio social. Em ambas as hipóteses, o apelo do Partido Comunista – seja no plano institucional de suas orientações oficiais, seja no nível da atuação mais difusa de seus militantes – deveria ser objeto de consideração específica, uma vez que há indícios de que sua atuação foi decisiva. Apesar de reconhecermos sua relevância, estas são questões que preferimos deixar em aberto, uma vez que não são centrais para os objetivos deste artigo.

<sup>12</sup> Em uma reportagem de 1976, a Riotur justificava seus gastos com a festa valem a pena pela alegria e pelo momento de descontração social. Como negócio (...) a festa serve para atrair ao Rio uma elevada massa de turistas nacionais e estrangeiros que levarão a impressão de que a cidade é a porta de entrada para o turismo da América latina. (*Visão*, 23/2/76)

<sup>13</sup> Em 1982, as escolas de samba, através da Associação, conseguem impor às redes de TV cariocas a compra do direito de Imagem.

<sup>14</sup> É evidente que este status legal não nega a lógica dominante da atuação da Liesa: o cálculo econômico que suplanta questões já resolvidas de legitimidade política e prestígio social.

<sup>15</sup> Interessante notar que o artigo 4º do estatuto da Liesa, ao enumerar os “sócios fundadores”, cita na categoria “pessoa física” todos os nomes que compõem a cúpula do jogo do bicho do Rio de Janeiro e alguns políticos e homens públicos a eles notoriamente relacionados. As escolas estão arroladas na categoria “pessoa jurídica”.

<sup>16</sup> Apenas para dar uma idéia da magnitude econômica do carnaval, vale a pena mencionar as palavras de Alfredo Laufer, presidente da Riotur na gestão 1987/88. Segundo ele o evento representa “um movimento de um bilhão de dólares nos quatro meses que antecedem a festa, distribuídos entre diversos ramos comerciais, além de 500 mil empregos gerados durante o carnaval; a presença diária de mais de cem mil turistas gastando em média cem dólares (...) diários; os 50 mil foliões que desfilam na Passarela desembolsando dinheiro com fantasias, etc. (...) (*Jornal do Brasil*, 18/09/88). Em 1989, do lucro gerado pelo desfile do Grupo 1, coube à Liesa, conforme informações obtidas no próprio órgão, 90% dos direitos de venda de imagem às TVs nacionais e estrangeiras, 60% da venda de ingressos, 75% das concessões para exploração de comércio, merchandising, etc., além da metade do lucro líquido obtido pela Riotur. Segundo a mesma fonte, estes percentuais se traduziram em cerca de US\$ 1 milhão de dólares.

<sup>17</sup> Sobre o início do processo de suburbanização, suas razões, sua forma e ritmo e as populações envolvidas, cf. Abreu (1984). Sobre este



mesmo movimento para o jogo do bicho, até a década de 40, cf. Mello (1989). Pereira de Queiroz (1985), estudando a fase moderna das escolas de samba, refere-se ao processo de suburbanização em relação à “territorialidade” – a ecologia e à competição que ela permite entre escolas de samba.

<sup>18</sup> Há muitas indicações dos conflitos entre sambistas e representantes do jogo do bicho, que não estamos subestimando, e que lamentavelmente não podem ser elaboradas no espaço deste artigo. O centro do nosso argumento é que sempre houve muito maior receptividade para com os representantes do jogo do bicho do que com os de outras organizações com as quais as escolas de samba se relacionam, e que isto foi fundamental tanto para a reaproximação do jogo do bicho em novas bases, quanto a ascensão dos banqueiros à direção das escolas.

<sup>19</sup> Compare-se o tom apologético do livro de Araújo e Jório (1975), de enaltecimento do “benfeitor” Natal da Portela – um patrono típico – com a denúncia da influência dos banqueiros, vista como deletéria para o samba, contida na citada entrevista de José Dib. A divergência entre a apologia e a denúncia pode ter raízes no momento que cada posição privilegia: a fase da patronagem, ou a fase atual do cálculo empresarial.

<sup>20</sup> A respeito, ver o mapa esquemático apresentado na *Revista Veja* (27/02/80), que demonstra claramente esta associação. Pereira de Queiroz (1985) também apresenta interessante discussão a respeito desse aspecto.

<sup>21</sup> Até o carnaval de 1989, estes lucros, descontados os 5% que a Liesa utiliza para cobrir seus custos operacionais, eram divididos igualmente entre todas as escolas que se classificavam para desfilar no então Grupo IA. Para o carnaval de 1990 foi estabelecida uma nova regra: o acesso ao “bolo” passou a ser proporcional à classificação obtida.

<sup>22</sup> Em nossa opinião, neste vácuo surgem nos últimos anos novos personagens em cena – os traficantes de drogas, colocando outros problemas que não foram incorporados neste artigo. Apesar de reconhecermos a importância atual do tráfico de drogas nas questões que tratamos, e não obstante as menções reiteradas de sua interferência nas atividades das escolas de samba, acreditamos que as informações de que dispomos não nos permitiria uma análise com grau de fundamentação empírica pelo menos aceitável. Por isso, optamos por afastar inteiramente de nossa argumentação o papel do crime organizado.

